

UNIVERZITA PALACKÉHO V OLOMOUCI
Filozofická fakulta
Katedra romanistiky

Adéla Hasalová

**As vantagens e as desvantagens do domínio
espanhol sobre Portugal**

Bakalářská práce

Vedoucí práce: Mgr. Petra Svobodová, PhD.

Olomouc 2015

Čestné prohlášení:

Prohlašuji, že jsem tuto bakalářskou práci vypracovala samostatně pod odborným vedením Mgr. Petry Svobodové, Ph.D. a uvedla v ní veškerou literaturu a ostatní zdroje, které jsem použila.

Olomouc, 5.5. 2015

.....

podpis

Poděkování:

Mé poděkování patří Mgr. Petře Svobodové, Ph.D. za odborné vedení, cenné rady, trpělivost a ochotu, kterou mi v průběhu zpracování bakalářské práce věnovala.

Dále bych ráda poděkovala Mgr. Fernando Costa za finální korekturu mé práce.

Índice

Introdução	5
1 Evolução da ideia de unificar Portugal e Espanha	7
2 A situação antes da União Ibérica	9
2.1 D. Sebastião e a derrota total em Alcácer-Quibir	9
2.2 D. Henrique e a crise dinástica	10
2.3 Os candidatos ao trono português	10
2.4 Cortes em Almerim	12
2.5 A via ao poder do Filipe II de Espanha	13
2.6 Resistência de D. António	13
2.7 Filipe I, rei de Portugal (1580-1593)	14
2.7.1 O Sebastianismo	17
2.8 Filipe II (1598-1621)	18
2.9 Filipe III (1621-1640)	18
3 Restauração do país	21
3.1 Revoltas prévias	21
3.2 Revolta do Manuelinho	21
3.3 Revolta de 1640	22
3.4 Guerra da Restauração	23
4 Vantagens e desvantagens da União Ibérica	26
4.1 Vantagens da União Ibérica	26
4.1.1 Castelhanização na cultura	26
4.1.2 Outras vantagens	27
4.2 Desvantagens da União Ibérica	28
4.2.1 Relações quebrantadas com Inglaterra	29
4.2.2 Comércio com Inglaterra e Holanda	31
4.2.3 As terras perdidas sob a união dinástica	33
4.2.4 Inquisição	37
4.2.5 Implantação dos impostos novos	38
Conclusão	40
Summary	42
Shrnutí	43
Anotace	44
Bibliografie	45

Introdução

A União Ibérica é um período histórico que juntou dois estados vizinhos na Península Ibérica. Depois da morte do rei português D. Sebastião, não havia nenhum herdeiro ao trono. Declarando direitos legais como herdeiro legítimo subiu ao trono Filipe II de Espanha e assim nasceu a União Ibérica. O período durante o qual Portugal estava em regime de monarquia dual chama-se domínio filipino ou também união dinástica ou ibérica. É um período de sessenta anos quando em Portugal reinam os reis de Espanha Filipe I (1580-1598), Filipe II (1598-1621), Filipe III (1621-1640). Este período começa depois de Filipe I ser aclamado rei de Portugal em Tomar em 1581 e termina no ano 1640 quando João IV depois da restauração do país subiu ao trono. Sendo aclamado rei de Portugal, Portugal obteve a sua independência outra vez.

Em Espanha a designação dos reis é diferente. Como em Espanha no século XV já reinava Filipe I, a nomeação dos reis em Espanha segue assim: Filipe II (1580-1598), Filipe III (1598-1621) e Filipe IV (1621-1640). O facto que Filipe I em Espanha é uma pessoa diferente do Filipe I em Portugal é bastante confuso e por isso escolhemos respeitar a nomeação dos reis como seguem em Portugal.

O nosso propósito original foi comparar o ponto de vista dos portugueses e dos espanhóis no que diz respeito a este período do domínio, porém, observámos que os espanhóis não têm muito interesse neste tema porque em livros da história espanhola quase não encontramos nem um capítulo muito pequeno sobre esta matéria, nem como espanhóis reagiram a esta união ou nem como os influenciou. Parece que para eles este período não teve nenhuma importância extraordinária.

Este estudo sobre a União Ibérica divide-se em duas partes, a primeira dedica-se a acontecimentos históricos e à evolução do estado durante este período. A segunda tenta analisar que aspectos do domínio espanhol foram negativos e quais foram positivos.

Primeiro esclareceremos que a ideia da União Ibérica não nasceu em 1578 quando morreu o último herdeiro do trono português D. Sebastião e não havia nenhum descendente, mas que permanecia na mente dos reis tanto portugueses como espanhóis desde início da civilização.

Depois dedicaremos-nos aos acontecimentos que iniciaram de novo a ideia de junção dos países vizinhos e interessaremos-nos pelas circunstâncias e pelos motivos do nascimento da união. No segundo capítulo falaremos também sobre contexto histórico, sobre os acontecimentos, os problemas políticos e sociais ocorridos durante o domínio

filipino. No capítulo seguinte só esboçaremos a evolução de Portugal já independente e relataremos como Portugal conseguiu manter a independência.

Na parte final tentaremos valorizar que decisões dadas por reis espanhóis influenciaram a marcha da autonomia portuguesa e esforçemo-nos por decifrar que acontecimentos ocorridos influenciaram Portugal positiva ou negativamente. Queríamos determinar se a União Ibérica tem aspectos agradáveis ou só rasgos contraproducentes.

1 Evolução da ideia de unificar Portugal e Espanha

Já no passado distante podemos encontrar o esforço para unir a Península Ibérica, as tentativas de juntar Castela com Portugal. Até o século XV, Castela sempre esforçava-se por unificar a península sob um governo único. Depois da morte do rei de Castela em 1369, D. Pedro I, que morreu sem descendentes, Fernando I de Portugal tentou unificar Portugal com Castela. O bisneto de D. Sancho IV de Castela declarou aliança com Aragão e Granada e arrogou-se o direito do trono castelhano por via feminina e assim começou a primeira guerra entre Castela e Portugal, também chamada “fernandina”. Depois da declaração de paz e resignação de Fernando ao trono castelhano em 1371 a guerra terminou com a assinatura do tratado sobre o matrimónio entre ele e princesa de Castela, Leonor, a filha de D. Henrique II. Se Fernando I não tivesse resignado do trono castelhano, poderia ter dominado o reino castelhano.

Porém, Fernando I decidiu consorciar-se com uma aristocrata portuguesa, Leonor de Teles o que foi um escândalo para Castela e para alguns nobres portugueses. A rejeição do matrimónio com a princesa castelhana e a aliança com Inglaterra desencadearam a guerra entre ambas as coroas. Segunda guerra terminou em 1373 com a anulação da aliança com Inglaterra e com o surgimento de uma nova aliança entre Castela e França. O facto que Fernando I convencionou o matrimónio da sua filha Beatriz com o rei da Inglaterra e também com o infante de Castela, João, foi o motivo para outra guerra portuguesa-castelhana. Depois da morte da rainha castelhana, Beatriz passou a ser esposa do próprio rei castelhano, João I.

Por outro lado, poderia ter acontecido uma situação oposta. O reino português poderia ter sido anexado ao reino castelhano quando João I de Castela foi proclamado rei de Portugal. Poderia acontecer que Leonor de Teles governaria Portugal como regente, porém, Portugal poderia ter sido submetido a Castela. Todavia, isto não aconteceu e assim ao poder subiu a dinastia de Avis.¹

Nos finais da Idade Média, Portugal e Castela começaram a reforçar a sua identidade nacional, o que tornou penosa a unificação. Dos dialectos formaram-se línguas, surgiram culturas novas próprias a cada nação. Porém, a ideia de unificar a península não desapareceu. No fim do século XV e durante todo o século XVI

¹ Ao poder subiu João I que, porém, tinha de defender a sua posição no trono porque João I de Castela esforçava-se por dominar Portugal.

continuaram os matrimónios entre as famílias reais de Portugal e Espanha e assim surgiam os laços entre dinastias e famílias.

Podemos supor que os casamentos foram contraídos com a intenção de resultarem em união, como por exemplo o matrimónio de D. Joana de Castela e D. Afonso de Portugal, rei português. Segundo o testamento do D. Henrique IV de Castela quem morreu em 1474, a sua filha D. Joana foi nomeada herdeira do trono e teria que casar-se com o rei português D. Afonso de Portugal que com este matrimónio obteria o direito à coroa castelhana. Porém, o direito à coroa de Castela também foi pleiteado por outra filha de Henrique IV, D. Isabel que foi casada com o rei aragonês. Uma parte de nobreza apoiou o rei português e a outra simpatizou com Isabel. Apesar do Papa não aprovar o matrimónio da D. Joana e D. Afonso, eles casaram-se e D. Afonso declarou-se o dono de Castela, Leão e Portugal. Depois de D. Isabel ter aplicado exigências do direito de conquistar África e Guinéa foi ratificado o tratado em Alcáçovas em 1480. D. Afonso rejeitou o direito à coroa castelhana e a Portugal foi agregada a costa africana, os Açores, Cabo Verde, Madeira e Guinéa. Segundo este tratado os castelhanos ganharam as ilhas Canárias e o direito de conquistar Granada.

Relembremos que vários outros casamentos dinásticos poderiam ameaçar a separação dos dois reinos. D. Manuel I consorciava-se com três princesas do reino castelhano, D. Isabel (1497), D. Maria (1501) e D. Leonor (1518). Depois da morte da sua primeira esposa os seus planos de dinastia foram ameaçados mas ele casou-se com a sua cunhada D. Maria. Com ela também morreu o sonho de dominar toda a Península Ibérica porque em Espanha apoderou-se do trono Carlos de Habsburgo que começou a expansão do poder desta dinastia. D. Manuel I ainda pensando em anexar Castela casou-se com a irmã de Carlos, D. Leonor de Áustria mas D. Manuel faleceu dentro de três anos e o seu sonho de anexar Castela a Portugal morreu por completo.

Em 1525 D. João III casou-se com D. Catarina de Áustria cujo irmão Carlos I de Espanha casou-se no ano seguinte com a filha de D. Manuel I, D. Isabel. Assim os países vizinhos foram ligados com dois matrimónios. A filha de D. Catarina, D. Maria, esposava Filipe II de Espanha. E para acabar a descrição destes laços familiares, em 1552 a irmã dele, D. Joana, passou a ser esposa do príncipe português D. João. Deste matrimónio nasceu D. Sebastião, o rei de Portugal no futuro. Quando ele morreu em 1578 sem deixar descendentes, Portugal estava em crise dinástica e a ideia da União Ibérica voltou à cena mais uma vez.

2 A situação antes da União Ibérica

2.1 D. Sebastião e a derrota total em Alcácer-Quibir

A crise dinástica mencionada anteriormente levou à morte prematura de D. Sebastião que não deixou herdeiros devido ao seu sonho de acrescentar o território de Marrocos ao seu reino.

No ano de 1575 apresentou-se a ocasião conveniente ao rei português – Mulay Abd al-Malik destronou o seu irmão, o sultão Mulay Muhammed Al-Mutawakkil. O sultão destronado pediu ajuda ao rei português e ofereceu-lhe uma cidade por esta ajuda. Depois de aceitar a proposta de Mulay Muhammed Al-Mutawakkil, o monarca português pediu ao rei espanhol, o seu tio Filipe II de Espanha, que lhe ajudasse com a expedição à Marrocos. Porém, ele rejeitou porque não lhe parecia necessária. Mesmo assim, D. Sebastião decidiu entrar na guerra. Como já nesta época Portugal sofria pela escassez de meios financeiros, D. Sebastião tinha de reduzir a renda de Luís Camões e implantar o monopólio ao sal para obter dinheiro. Para ganhar mais dinheiro para esta expedição permitiu aos cristãos novos que pudessem sair às colónias, porém, tinham de pagar a D. Sebastião uma soma de dinheiro. O cardeal Henrique² e Filipe II de Espanha foram opostos à idéia do rei português porque temiam as consequências. Até o rei espanhol queria acabar por convencê-lo de que abandonasse a idéia de conquistar Marrocos.

Porém, D. Sebastião imaginou-se como cruzado e conquistador de Marrocos e completou as forças portuguesas com mercenários alemães, italianos e espanhóis. Desembarcando em Arzila, o exército comandado pelo próprio rei D. Sebastião avançou para o sul. O calor extremo e o pó desertal no sul da África constituíram grande desvantagem para as forças do D. Sebastião. Em 1578 perto de Alcácer-Quibir a hoste de D. Sebastião foi vencida pelas forças de Mulay Abd Al-Malik. O exército de D. Sebastião foi derrotado totalmente. Os que não morreram foram feitos prisioneiros e depois vendidos como escravos nas feiras e os opositores da religião cristã pediram resgate por eles. O aliado dele Muhammed Al-Mutawakkil fugiu e logo morreu afogado. E o próprio D. Sebastião? Fez a sua última má decisão – meteu-se numa batalha na qual desapareceu. Ninguém o viu morrer e por isso nasceu a lenda que ele voltaria para salvar o povo português quando Portugal estivesse em perigo.

² O irmão de João III o tio-avô de D. Sebastião e o regente dele nos anos 1562 – 1568, inquisidor-mor e cardeal-arcebispo de Lisboa.

Depois da derrota em Alcácer-Quibir, Portugal foi destruído na esfera financeira e demográfica também porque muitos da nobreza portuguesa ficaram lá. Era óbvio que a época da expansão das colónias portuguesas havia terminado.³ No entanto, o que foi fatal para a seguinte marcha do estado foi a crise dinástica. O rei não havia casado e nem tinha deixado nenhum descendente. O trono português não tinha nenhum herdeiro e por isso nasceram de novo ideias sobre a União Ibérica.

2.2 D. Henrique e a crise dinástica

Chegando a notícia a Lisboa que o rei faleceu, tornou-se regente outra vez D. Henrique. Quando a corte portuguesa concluiu que D. Sebastião realmente não estava vivo D. Henrique foi proclamado rei pela nobreza portuguesa. Porém ele já tinha sessenta e seis anos e já não podia criar outro herdeiro. Como sua saúde era delicada foi assim óbvio que a regência de D. Henrique não durasse muito. O período do seu reinado caracteriza-se como a época de interregno cheia de crises económicas e financeiras. Também foi caracterizado como a crise no nível moral e político.⁴ O seu reinado durou só um ano e cinco meses desde 28 de Agosto de 1578, depois da derrota em Alcácer Quibir, até à data da sua morte, 31 de Janeiro de 1580. O ano da morte do último descendente do trono da dinastia de Avis não simboliza só o fim da independência e submissão da nação portuguesa mas também é o início das lutas entre os Holandeses, Portugueses e Ingleses por dominar e conquistar as costas do oceano Índico o que influenciou a situação em Portugal durante sessenta anos.⁵

2.3 Os candidatos ao trono português

Tendo falecido D. Henrique surgiu a crise dinástica que deveria ser resolvida dentro de pouco tempo. Como toda a linha primogénita de D. Manuel e todos os seus filhos estão mortos, o sucessor ao trono português teria de ser procurado entre os seus descendentes. Apareceram seis candidatos mas a candidatura de Catarina de Médicis não se contava porque representou a sua pretensão como descendente hipotética do primeiro

³ KLÍMA, Jan. *Dějiny Portugalska* (Praha: Nakladatelství Lidové Noviny, 2007), p. 159.

⁴ MATTOSO, José. *História de Portugal: No alvorecer da modernidade (1480-1620)* (Lisboa: Editorial Estampa, 1993), p. 546.

⁵ BETHENCOURT, Francisco a Kirti CHAUDHURI. *História da Expansão Portuguesa: Do Índico ao Atlântico (1570-1697)* (Navarra, Espanha: Temas e Debates e Autores, 1998), p. 82.

matrimónio de Afonso III.⁶ Pois, surgiram cinco candidatos os quais tinham exigências sobre o trono português:

1. Filipe II, rei de Espanha, neto de D. Manuel, filho de D. Isabel (filha de D. Manuel) e Carlos V
2. D. Catarina de Bragança, neta de D. Manuel, única filha sobrevivente de D. Duarte (filho de D. Manuel) e D. Isabel de Bragança
3. Rainúncio Farnese, duque de Parma, neto de D. Duarte e filho de D. Maria, pois bisneto de D. Manuel
4. Manuel Felisberto, duque de Sabóia, neto de D. Manuel, filho de D. Beatriz (filha de D. Manuel) e Carlos de Sabóia
5. D. António, prior do Crato, o filho ilegítimo do infante D. Luís (filho de D. Manuel)⁷

As pretensões destes cinco candidatos foram baseadas em diversos argumentos sobre os quais disputaram. Não obstante, os argumentos deles não foram aceitáveis segundo as leis que estavam em vigor. Para exemplificar, a lei medieval excluía as filhas de D. Manuel e as suas proles porque estavam casadas com um estrangeiro.⁸ Apenas a D. Catarina casou-se com o duque de Bragança e como a filha do irmão do rei tinha pretensões sobre a coroa portuguesa. Contudo, Filipe II de Espanha defendia o argumento que ele era varão e o filho primogénito da filha de D. Manuel. Ao contrário, D. António calçou a sua candidatura no facto que era único descendente varão dos filhos de D. Manuel. O seu argumento tinha uma posição vantajosa, porém, ele era um bastardo e os bastardos, ainda que fossem legitimados foram excluídos da sucessão. Se basearmos a sucessão só na questão do sangue régio, o herdeiro seria Ranuccio Farnese.⁹ Contudo, ele tinha apenas nove anos. Ao contrário, segundo José Mattoso D. Catarina e Filipe II de Espanha eram únicos que poderiam pleitar os direitos ao trono português.¹⁰ D. Catarina lutava pelo seu direito ao trono e ordenou aos seus diplomatas que chegassem a França, a Inglaterra e até ao Papa para defender os seus direitos legais. D. António foi apoiado

⁶ MATTOSO, José. *História de Portugal: No alvorecer da modernidade (1480-1620)* (Lisboa: Editorial Estampa, 1993), p. 554.

⁷ Idem, p. 554.

⁸ BINKOVÁ, Simona. *Stručná historie států: Portugalsko* (Praha: Libri, 2004), p. 47.

⁹ MARQUES, A.H. de Oliveira. *História de Portugal: Do renascimento às revoluções liberais* (Lisboa: Palas Editores, 1974), p. 153.

¹⁰ MATTOSO, José. *História de Portugal: No alvorecer da modernidade (1480-1620)* (Lisboa: Editorial Estampa, 1993), p. 554.

pelo povo português que recusava a idéia de um rei estrangeiro no trono. O povo acreditou no Prior de Crato que era capaz de impedir que o Filipe II de Espanha chegasse ao trono.

Porém, o candidato mais aceitável foi Filipe II de Espanha. Mesmo que lhe faltassem um pouco de direitos legais, ele tentou de compensá-lo. Os embaixadores dele eram capazes de convencer a sociedade portuguesa a aceitá-lo como o rei de Portugal. A burguesia viu a sua habilidade em administração efetiva e a conservação da paz dentro do Estado. Os nobres favoreciam a união porque pensavam que poderia trazer o melhoramento do sistema financeiro, poderia abrir novos mercados e suprimir barreiras alfandegárias.¹¹ Os conselheiros do rei espanhol estavam de acordo que Filipe II de Espanha tinha o direito legal para o trono português. Como estavam convencidos que a junção de Espanha e de Portugal era conveniente, apoiaram o seu candidato com três razões: a junção de ambos estados seria favorável a maior segurança e prosperidade deles, a religião católica seria reforçada e mais protegida e seria mais eficaz encarar os Estados protestantes.¹² Com este argumento conseguiu o apoio do alto clero da maioria da nobreza, entre os intelectuais, os burocratas e a gente na esfera mercantil. Ele acabou por convencer os duques de Bragança que aceitaram a sua candidatura.

Como paradoxo as classes altas em Espanha tinham medo de Espanha unir-se com Portugal porque tinham preocupações que o poder já forçado do rei poderia ameaçar os seus direitos. Até os negociantes espanhóis temiam a concorrência portuguesa em todo o Império Espanhol.¹³

2.4 Cortes em Almerim

Contudo, D. Henrique estava a favor da D. Catarina e também não apoiava nada a D. António. Receava a força do rei espanhol e por isso decidiu convocar Cortes para resolver a questão de sucessão ao trono. As Cortes foram convocadas em Janeiro de 1580 em Almeirim. Porém, devido à boa diplomacia do Filipe II de Espanha e devido ao dinheiro espanhol D. Henrique apoiou no final o rei espanhol. A sua decisão deveria estar ratificada mas a oposição encabeçada por Febo Moniz não estava de acordo com ele. O

¹¹ MARQUES, A.H. de Oliveira. *História de Portugal: Do renascimento às revoluções liberais* (Lisboa: Palas Editores, 1974), p. 158.

¹² PARKER, Geoffrey. *Filip II.: španělský král z rodu Habsburků: nejmocnější křesťanský vládce*. 1. vyd. (Praha: Brána, 1998), p. 135.

¹³ MARQUES, A.H. de Oliveira. *História de Portugal: Do renascimento às revoluções liberais* (Lisboa: Palas Editores, 1974), 155.

procurador de povo português não simpatizava com a eleição do rei estrangeiro porque temia risco da perda da independência de Portugal.

Durante as Cortes D. Henrique faleceu e desde aquele momento reinavam cinco governadores reunidos em Junta Governativa. Estes quatro nobres e um arcebispo estavam a favor da candidatura do Filipe II de Espanha.

2.5 A via ao poder do Filipe II de Espanha

O rei espanhol se aproveitou das simpatias dos governadores e também do estado desorientado do País. Com o seu exército comandado por duque de Alba entrou em Portugal em Junho de 1580, mas considerou esta entrada como um fracasso porque desejava dominar Portugal sem qualquer luta.¹⁴

Entretanto, D. António foi proclamado rei por bispo de Guarda o que afirmaram as Cortes convocadas em Santarém em 19 de Junho. O governo sob D. António não durou muito tempo, os seus seguidores pobres não conseguiam apoiá-lo ao passo que os nobres adinheirados sustentavam o rei espanhol. Três governadores fugidos de Lisboa e alguns nobres eminentes em Castro Marim aclamaram Filipe II de Espanha como “o rei e dono natural de Portugal.”¹⁵

Logo, o exército do duque de Alba e o de D. António chocaram-se em 25 de Agosto em 1580 em Alcântara, perto de Lisboa. D. António foi derrotado e fugiu ao norte do país protegido do povo. Depois da fugida dele, Filipe prometeu a cada um que lhe entregaria D. António morto ou vivo grande quantidade do dinheiro mas ninguém o traiçou.¹⁶

2.6 Resistência de D. António

D. António passou aos Açores onde o rei Filipe I de Portugal não foi aceite. Aqui resistiu até a invasão espanhola¹⁷ em Agosto de 1583 quando a ilha Terceira rendeu-se ao exército espanhol. Os Açores queriam pôr no trono o Prior de Crato mas com invasões espanholas, não o conseguiram. Depois de acabar com a resistência nos Açores em 1583,

¹⁴ PARKER, Geoffrey. *Filipe II.: španělský král z rodu Habsburků: nejmocnější křesťanský vládce* (Praha: Brána, 1998), p. 137.

¹⁵ KLÍMA, Jan. *Dějiny Portugalska* (Praha: Nakladatelství Lidové Noviny, 2007), p. 160. Traduzido pela autora da tese.

¹⁶ Idem, p. 160.

¹⁷ Em 1581 houve uma tentativa de conquista com auxílio da França e Inglaterra, porém, não bem sucedida.

o Prior fugiu para França e tentava organizar ataques contra os navios portugueses e terras portuguesas, também com o apoio da armada inglesa comandada por Francis Drake. Depois da derrota da Armada Invencível¹⁸ desambarcando em Peniche, queria atacar Lisboa. Como a sua expedição não foi exitosa, as intenções de destronizar o rei espanhol terminaram. Esperava-se qualquer rebelião pública como apoio de D. António mas nesta era Filipe I de Portugal reinava de modo tão bom que não foi registrada nenhuma. Então, D. António morreu em Paris no ano de 1595 e o Filipe já não tinha outra concorrência.

2.7 Filipe I, rei de Portugal (1580-1593)

Depois da morte de D. António, Filipe I apresentou o conceito da união pessoal de ambas coroas, o conceito que garantia a Portugal a sua própria autonomia. Foram convocadas as Cortes em Tomar a 15 de Abril em 1580 onde foi aclamado rei, com título Filipe I, rei de Portugal. As Cortes aceitaram a declaração que continha duas idéias principais: protecção das camadas sociais elevadas perante a crise económica e a promessa de manutenção da autonomia portuguesa.¹⁹

Filipe I comprometeu-se a cumprir também estas regras:

- a) As liberdades, os privilégios, as tradições e os costumes portugueses seriam respeitadas.
- b) As cidades, as vilas e os direitos já existentes poderiam conceder-se só aos portugueses.
- c) O cargo do vice-rei ou governador de Portugal exerceria só um português ou membro da família real (neste caso o espanhol poderia ocupar esse cargo se pertence à família real).
- d) Seriam suprimidas as barreiras alfandegárias entre ambos os países. Portugal teria monopólio ao comércio com Guiné e Índia e os seus navios seriam protegidos por espanhóis.
- e) Os cargos de funcionários públicos em Espanha poderiam ser exercidos por portugueses também.
- f) A rainha aceitaria ao seu colectivo as damas portuguesas e cada ano surgiria duzentas moradias para fidalgos.

¹⁸ A grande armada de Filipe I com motivo de invadir a Inglaterra. A frota de Filipe I foi derrotada em total.

¹⁹ KLÍMA, Jan. *Dějiny Portugalska* (Praha: Nakladatelství Lidové Noviny, 2007), p. 173.

- g) O rei seria acompanhado por um conselho formado por portugueses se não estivesse em Portugal. Teria que consultar com o conselho todas as questões tocante a Portugal.
- h) A legislação portuguesa não seria alterada, as Cortes Portuguesas legislariam sobre as leis referentes a Portugal. Os problemas financeiros e administrativos seriam resolvidos pelos órgãos portugueses.
- i) A todos os empregos administrativos, legislativos, eclesiástico, no exército, na corte seriam nomeados os portugueses, os espanhóis não.
- j) Portugal manteria a sua língua e moeda nacional.²⁰

Tendo comprometido-se cumprir estas condições passou a ser aceitável tanto em Portugal como no Brasil. Foi aceite no Brasil do modo neutro. Não rejeitavam o novo rei nem o celebravam. Apenas esperavam que os conflitos tocante às fronteiras em América de Sul fossem resolvidas em paz.²¹

O princípio do reinado do Filipe I foi complacente. A União Ibérica parecia ser boa ideia porque Filipe I foi excepcional em organização de administração. É responsável por exemplo pela compilação jurídica chamada Ordenações Filipinas e em Portugal implantou o calendário gregoriano. Entre 1582 e 1590 foram feitas outras reformas novas administrativas e financeiras segundo os padrões espanhóis que deveriam melhorar o funcionalismo dos órgãos portugueses.²² Segundo o modelo espanhol instalou-se *Conselho da Fazenda* que administrava produtividade das colónias. Merece mencionar construção de novos cais, reconstrução de pontes e fomento do comércio nas fronteiras portuguesas com Castela. Também se notou que se definiu claramente os direitos e deveres de cada instituição, implantaram-se castigos por bancarrota fraudulenta, etc.²³

Em 1583 Filipe I convocou as Cortes onde o seu filho Filipe foi aceite como sucessor ao trono. O cargo de vice-rei deixou a ocupar ao cardeal, o arquiduque Alberto da Áustria. Para que o rei fosse informado sobre os assuntos referentes a Portugal, estabeleceu-se *Conselho de Portugal*. Este conselho que garantia a autonomia portuguesa fosse composta por seis membros, cinco burocratas e um eclesiasta, todos foram

²⁰ SARAIVA, José Hermano. *História concisa de Portugal* (Portugal: Publicações Europa-América, Lda., 1993), p. 200-201.

²¹ KLÍMA, Jan. *Dějiny Brazílie* (Praha: Nakladatelství Lidové Noviny, 1998), p. 51.

²² MARQUES, A.H. de Oliveira. *História de Portugal: Do renascimento às revoluções liberais* (Lisboa: Palas Editores, 1974), p.159.

²³ RIBEIRO DA SILVA, Francisco. Filipe II e Portugal. <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8271.pdf>. (acessado em 9/4/2015).

portugueses. Quando Filipe I ordenou ao vice-rei que voltasse a Madrid, a direção de Portugal recaiu nas mãos de cinco governadores. Como o rei não confiou em ninguém que pudesse governar em Portugal, escolheu a forma colectiva de governo.

O bem aceite reinado de Filipe I terminou com a época de má colheita e a fome conseguinte que se prolongou até ao fim do século XVI. Apesar da quebra dos laços diplomáticos e o dano conseguinte do comércio com Holanda e Inglaterra, a incorporação da frota portuguesa à Armada Invencível e algumas invasões às colónias portuguesas (a invasão inglesa ao Recife, o entrego da fortaleza em Arzila ao sultão marroquino, intenção da Holanda de conquistar São Jorge da Mina) a época do reinado do Filipe I era bastante estabilizada. Portugal em união com Espanha foi equilibrado do aspecto económico e jurídico.²⁴

No entanto, no fim do seu reinado parecia que o rei preferia o bem de Espanha ao de Portugal porque a política externa de Portugal passou a ser assimilada a de Espanha o que danificou Portugal não somente nas colónias mas também em esfera comercial. Também o clero dependeu do clero em Espanha e para compensar o dinheiro gasto nas guerras começou a época de implantação de novos impostos que causou que pouco a pouco a perspectiva de Portugal como o país equivalente na união começava a cair. Os portugueses paulatinamente expressavam o anseio da independência, bateavam-se com o sentimento que perderam a sua identidade.

A identidade da nação portuguesa chocava-se com o facto que estava sujeita a Espanha. Do aspecto histórico trata-se duma época curta mas a nação portuguesa sofria por ter perdido a independência portuguesa apesar de que Filipe foi aclamado rei legítimo de Portugal. Surgiu uma frustração e uma nostalgia, sobretudo entre o povo português que tinha saudades da independência nacional. Em contraste A. H. de Oliveira Marques no seu livro *História de Portugal* diz que Portugal não perdeu a sua identidade.²⁵ Porém, alguns portugueses até criam que rei Sebastião estava vivo e esperavam que ele voltasse para que liberasse Portugal dos usurpadores espanhóis e soubesse ao trono português outra vez. Esta esperança chama-se o sebastianismo.

²⁴ KLÍMA, Jan. *Dějiny Portugalska* (Praha: Nakladatelství Lidové Noviny, 2007), p. 175.

²⁵ MARQUES, A.H. de Oliveira. *História de Portugal: Do renascimento às revoluções liberais* (Lisboa: Palas Editores, 1974), p. 157.

2.7.1 O Sebastianismo

O Sebastianismo²⁶ é uma crença que D. Sebastião não faleceu na batalha de Alcácer Quibir mas que está a ocultar-se num lugar em segredo. Só poucas pessoas viram o cadáver do rei e pouca gente acreditava em tal fracasso durante a batalha e no facto que perderam independência também. Alguns boatos diziam que D. Sebastião estava encarcerado em Marrocos, outros diziam que estava preso em Espanha ou tinha vergonha de voltar-se por derrota em Alcácer Quibir. Os súditos acreditavam que D. Sebastião voltara quando Portugal estiver em miséria total e salvaria a toda a nação portuguesa e sobretudo voltara para pleitear o seu trono.

Apareceram até muitos que fingiram que eram o rei D. Sebastião. Um deles apareceu por exemplo depois da derrota da Armada Invencível. Foi parecido com o rei falecido e deflagrou uma rebelião dos camponeses em Ericeira contra o poder estrangeiro, contra o rei espanhol. Esta rebelião foi apoiada pelos sacerdotes que ajudaram a prior D. António de Crato.²⁷

O que espalhava o sebastianismo mais foi o facto que não se cumpriu a promessa que a independência de Portugal seria respeitada e que as possessões no ultramar seriam protegidas ante os seus inimigos holandeses, ingleses e franceses.²⁸ Assim o Sebastianismo foi também uma forma de resistência e reacção à administração espanhola²⁹ a qual piorou gravemente depois da morte de Filipe I que morreu em 13 de Setembro de 1598 no palácio El Escorial.

A época que segue escureceu por completo o início auspicioso da união das duas coroas de tal modo que na mente dos portugueses sempre tem perdurado o sentimento que a união dinástica foi não querida e não próspera em nenhum aspecto, o sentimento de que os Filipes reinam contra os interesses de Portugal.³⁰ É a era do sucessor de trono, Filipe II e a sua quarta esposa, Ana da Áustria e do seu filho Filipe III de Portugal.

²⁶O fenómeno de Sebastianismo influenciou também a literatura. O caso de Sebastianismo resistia em motivos literários até século XX.

²⁷ KLÍMA, Jan. *Dějiny Portugalska* (Praha: Nakladatelství Lidové Noviny, 2007), p. 175.

²⁸ POLIŠENSKÝ, Josef a Ivo BARTEČEK. *Dějiny Iberského poloostrova: (do přelomu 19. a 20. století)* (Olomouc: Univerzita Palackého v Olomouci, 2002), p. 79.

²⁹ MARQUES, A.H. de Oliveira. *História de Portugal: Do renascimento às revoluções liberais* (Lisboa: Palas Editores, 1974), p. 162.

³⁰ KLÍMA, Jan. *Dějiny Portugalska* (Praha: Nakladatelství Lidové Noviny, 2007), p. 177-178.

2.8 Filipe II (1598-1621)

Durante o reinado de Filipe II que começou com peste e fome, ele mesmo nunca governou, porque entregou o poder real ao primeiro ministro de Espanha.³¹ No cargo de vice-rei de Portugal foi nomeado D. Cristóvão de Moura.

Ele governava por dois períodos (1600-1603 e 1608-1612) e cada um terminou por resignar porque rompia as leis financeiras e inclinava ao poder centralizado de Madrid que limitava a autonomia de Portugal. No ano de 1600 foram implantadas medidas altamente detestadas – para o Conselho de Portugal e para o Conselho da Fazenda elegeram-se os ministros castelhanos. Com tal governo não estava satisfeito nem o povo nem a nobreza portuguesa o que culminou em revolta do povo nos anos de 1617-1618. O povo revoltou-se porque o aumento dos impostos continuava e o rei ignorava as queixas dadas sobre os regulamentos comprometidos por Filipe I em Tomar. Para aquietar o povo Filipe II decidiu a chegar a Portugal. Visitando Portugal convocou Cortes onde só proclamou o seu filho Filipe sucessor legítimo ao trono e no ano seguinte voltou a Espanha não interessado dos problemas em Portugal.

Durante o reinado de Filipe II já não era possível guardar e defender todas as possessões portuguesas. Para a melhor administração das colónias e tráfico marítimo, fundou-se em 1604 a primeira instituição *Conselho da Índia*, mas foi cancelada dentro de dez anos. Porém, os Holandeses atacaram colónias em todos os continentes, no Índico era necessário defender-se contra os Ingleses e no Brasil contra os ataques franceses. O que sinalizou a decadência das colónias marítimas e derrota de hegemonia espanhola³² foi a *Trégua dos Doze Anos* em 1609. Devido à esta trégua Portugal tinha de render-se do monopólio do tráfico com Índia e Indonésia.

2.9 Filipe III (1621-1640)

Depois da morte do Filipe II em 1621, o governo passou ao seu filho, Filipe III. Quando Filipe III subiu ao trono tinha só dezasseis anos portanto entregou o governo nas mãos do primeiro ministro, o conde de Olivares. A sua política centralizada chamada austracismo queria alcançar o domínio dos Habsburgos de Vienna e de Madrid sob toda

³¹ Nos anos 1598-1618 dirigiu o estado o duque de Lerma, Francisco de Sandoval e depois dele foi nomeado o seu filho o duque de Uceda que governou por três anos.

³² KLÍMA, Jan. *Dějiny Portugalska* (Praha: Nakladatelství Lidové Noviny, 2007), p. 179.

a Europa. As ambições de Olivares e opressão dos impostos afligiavam o país. Apesar de aumentar os impostos o governo central em Madrid não foi capaz de garantir a prosperidade económica em todo o Império Espanhol.

Nas colónias não foi registrado nenhum melhoramento, as terras ultramarinas sofriam incessantemente por ataques holandeses e ingleses o que significaria decaimento do Império colonial. A Trégua dos Doze Anos já acabou, os Espanhóis queriam recuperar as terras que tinham perdido, porém, os Holandeses desejavam expandir as suas possessões. Além disso também fundaram outra companhia mercantil que dominava a via comercial entre Angola e Brasil.

A situação agravou-se quando os espanhóis entraram na Guerra dos Trinta Anos³³ e começaram a recrutar os soldados portugueses para sustentar em guerra os Habsburgos de Áustria. Os portugueses compreendiam a necessidade de sustentar a rama Habsburga, porém, Portugal já esteve tão devastado que a participação deles na Guerra dos Trinta Anos só aumentava o desengano e descontentamento.³⁴ Quando o rei Filipe III ordenou que os nobres portugueses apoiassem a guerra contra Catalunha que se rebeliava também, foi o ponto final e os portugueses pensavam em independência.³⁵

Resumindo, o reinado dos três Filipes em Portugal podemos dividir em dois períodos: o período do reinado de Filipe I e período do seu filho Filipe II e o seu neto Filipe III. Depois de ter sido aclamado Filipe I rei de Portugal comprometeu-se a cumprir os princípios dados em Tomar que foram respeitados até a sua morte. Filipe I trouxe a Portugal quase dois decénios de calma política e prosperidade relativa ao país. No outro período a crise económica, política, comercial ou crise nas colónias aumentou e culminou. As regras implantadas por Filipe I não se cumpriram e o primeiro ministro de Espanha, Olivares saturava Portugal com impostos novos. Na última década da união ibérica Portugal entrou em decadência portanto o segundo período sobrepôs a época de Filipe I e a era dos Filipes é conhecida como a época dos usurpadores espanhóis. Contudo, esta afirmação fez dissonância porque Filipe I respeitou por completo as necessidades e as diversificações portuguesas.³⁶ Porém, durante o reinado de Filipe III os portugueses já eram esgotados e o seu descontento expressavam com rebelias e revoltas frequentes.

³³ 1618-1648

³⁴ BINKOVÁ, Simona. *Stručná historie států: Portugalsko* (Praha: Libri, 2004), p. 55.

³⁵ KLÍMA, Jan. *Dějiny Portugalska* (Praha: Nakladatelství Lidové Noviny, 2007), p. 192.

³⁶ KLÍMA, Jan. *Studie z dějin Portugalska a portugalského zámoří* (Hradec Králové: Gaudeamus, 1999), p. 29.

Como eles já não podiam viver de tal modo e não podiam tolerar mais o domínio espanhol, preparava-se a restauração do Estado.

3 Restauração do país

3.1 Revoltas prévias

Nos últimos dois decénios da União Ibérica as revoltas ou rebeliões não eram só esporádicas porque devido à miséria, à fome e ao desengano foram provocadas muitas revoltas contraespanholas. Podemos mencionar por exemplo a revolta em Barcelos em 1621, ou quando em 1623 os jovens atacaram quartel espanhol em Lisboa e etc.

Aumentando impostos, em 1628 o povo revoltou-se em Lisboa contra o governo espanhol e no ano seguinte a sublevação expandiu-se por todo o país. No Porto sublevaram-se as fiandeiras do linho porque temiam que o governo espanhol implantasse o imposto de fiando. Esta sublevação é conhecida como Motim das Maçarocas. Nas outras cidades, em Viana do Castelo, em Arcozelo, em Chaves e em Guimarães as massas rebelavam-se contra coletores de impostos. Em Junho de 1636 a sublevação em Vila Real foi até comandada por um clérigo.

3.2 Revolta do Manuelinho

Entre as revoltas mais significativas podemos incluir a Revolta do Manuelinho. Tendo aumentado impostos outra vez, em 1637 o povo evorense revoltou-se contra o pagamento dos impostos. Estas rebeliões expandindo-se por todo Algarve organizavam campesinos, porém, foram apoiados até por clérigos e nobres.

Em Vila Viçosa os rebeldes invadiram o palácio dos Bragança onde apedrejaram João de Bragança, o futuro rei D. João IV. Em Évora até queimaram a casa de corregedor e as coisas que não queimaram, meteram pela janela. Os panfletos e manifestações patrióticas foram assinadas por uma pessoa misteriosa chamada *Manuelinho*, a que se tornou o símbolo da resistência. As sublevações patrióticas terminaram quando chegou o exército espanhol para acalmar os rebeldes. Nesta época quando os portugueses defendiam a sua nacionalidade nem só o povo mas também os homens cultos reanimaram a lenda de D. Sebastião e acreditaram que ele voltaria e ajudá-los-ia nos tempos pesados.³⁷

³⁷ KLÍMA, Jan. *Dějiny Portugalska* (Praha: Nakladatelství Lidové Noviny, 2007), p. 186.

3.3 Revolta de 1640

Com as revoltas acima referidas, a crise estava a tornar-se mais profunda e notaram-se as opiniões que seria aceitável terminar a união com a Coroa espanhola.

Procurava-se o candidato conveniente ao trono português. João de Bragança³⁸, o representante da dinastia mais poderosa em Portugal, tem direito legítimo ao trono português como o neto da Catarina de Bragança quem se apresentava em 1580 também como a herdeira legítima do trono mas não tinha sucesso. Dessa forma a quebra da união poderia ser entendida como a restauração da linha portuguesa, não como a rotura dos regulamentos e tratados.³⁹

João de Bragança foi estimado não só em Portugal mas também foi considerado como o nobre de boa fé em Madrid e por isso o conde-duque de Olivares foi cauteloso do seu poder e para que João de Bragança saísse de Portugal o nomeou governador militar de Portugal. Porém, apesar de que João de Bragança no início rejeitasse o título restaurado de nobreza, foi convencido pelo argumento que se ele não o aceitou surgiria a república de nobreza. Outro impulso à restauração imediata foi dado em Junho em 1640 quando Filipe III ordenou aos portugueses que incorporassem na guerra contra os nobres catalães quem em vez de celebrar as férias católicas, iniciaram a revolução em Barcelona o que motivou também os portugueses.

A restauração em Portugal planeou-se no primeiro de Dezembro de 1640. Agrupando-se os nobres e os simpatizantes deles em frente do palácio em Lisboa, entraram com ímpeto no palácio onde mataram o secretário Miguel de Vasconcelos e a Vice-Rainha, Margarida de Sabóia⁴⁰, duquesa de Mantua foi obrigada a assinar o tratado com o qual comprometeu-se que os navios espanhóis no Tejo render-se-iam e os galões arrancados em Tejo seriam entregados aos portugueses. Logo, um dos conspiradores declarou a independência do país e aclamou João de Bragança como rei João IV solicitando o povo a expressar apoio ao país independente. Como João mesmo não participou na revolução, coronaram-no em 5 de Dezembro de 1640 em Lisboa.

³⁸ João de Bragança foi mencionado no capítulo 3.2. Durante as revoltas contraespanholas o povo rebelou e apedrejaram-o quando invadiram ao palácio dos Bragança.

³⁹ KLÍMA, Jan. *Dějiny Portugalska* (Praha: Nakladatelství Lidové Noviny, 2007), p. 191.

⁴⁰ Desde 1634 Margarida de Sabóia assumiu o poder político em Portugal.

No Brasil, João como rei português foi aceite positivamente. Os capitães prometeram-lhe a fidelidade ainda que existissem entre os capitães e os espanhóis laços fortes de sangue.⁴¹ Contudo, Ceuta ficou espanhola, não aceitou o novo rei.

Apesar de que a revolução portuguesa ganhou sucesso, João de Bragança foi alcunhado o rei do inverno, porque alguns cétricos não criam que João passasse no trono mais do que um inverno.⁴²

Alguns nobres com relações familiares em Espanha hesitaram em alinhar-se com o novo rei. Alguns inclinavam ao rei de Espanha, alguns duvidaram mas a maioria dos burocratas portugueses passaram a ser os secretários e propagandistas de João IV. Mesmo alguns tornaram-se conspiradores contra o novo rei. No clero as opiniões sobre a revolução portuguesa foram diferentes. Curas, monjes e jesuítas apoiavam João IV mas nas camadas mais altas em hierarquia com a inquisição também matinhos fidelidade ao Filipe.⁴³

Nesta época o país estava em estado não favorável. Foi atingido pela crise, o comércio foi devastado, a agricultura foi orientada apenas para sobreviver, os laços com o governo em Madrid foram rotos, nem existia exército português nem boa administrativa. A crise profundou-se passo a passo devido à devalvação da moeda e cancelação do monopólio com tabaco. Sob o diferente designação foi implantada outra vez meia-anata⁴⁴. O que ajudava os portugueses passar desta época pesada foi o pensamento patriótico, o entusiasmo pela nova situação a qual tinham desejado e visão do futuro melhor e restauração das posições em Ultramar.

João IV pediu o Papa para que aceitasse a independência de Portugal ele porém rejeitou por causa da aliança com Espanha católica. Portanto, Portugal tinha de lutar sobre a sua independência em guerra.

3.4 Guerra da Restauração

Portugal conseguiu a independência devido à revolução e tinha de defendê-la na guerra de manutenção da independência que se prolongou até 1668.

⁴¹ KLÍMA, Jan. *Dějiny Brazílie* (Praha: Nakladatelství Lidové Noviny, 1998), p. 70.

⁴² CHALUPA, Jiří. *Stručná historie států: Španělsko* (Praha: Libri, 2010), p. 84.

⁴³ MARQUES, A.H. de Oliveira. *História de Portugal: Do renascimento às revoluções liberais* (Lisboa: Palas Editores, 1974) p. 176-177.

⁴⁴ o médio de salário anual

João IV não tinha o encargo fácil. Tinha de defender a independência portuguesa perante a Espanha e também reconquistar as colónias perdidas. No Brasil notaram sucesso porque estava a prosperar e assim emprenderam-se expedições ao interior do Brasil. Finalmente em 1654 conseguiram repelir os Holandeses do Brasil. Porém, eles concentraram o seu interesse na África, na Ásia e em Ceilão onde em 1658 conquistaram as últimas colónias portuguesas.

Durante a guerra da Restauração chegou-se a várias batalhas, a primeira aconteceu em 1644 em Montijo e a última em 1665 em Montes Claros quando os espanhóis foram derrotados por completo. Como João IV sabia que não seria fácil conseguir manter a independência ante Espanha efetuou medidas seguintes. O seu esforço foi limitar os inimigos de Portugal em único, Espanha. No ano 1641 foram declaradas alianças entre Portugal e os inimigos da Espanha - o pacto com França e o tratado da aliança por dez anos com Províncias Unidas Holandesas. No ano seguinte foi declarado tratado com Inglaterra sobre paz e comércio. No ano de 1650 começou a guerra com Inglaterra republicana, porém, terminou quatro anos depois com O Tratado de Westminster sobre paz e aliança e assim Portugal abriu a porta à influência comercial inglesa. Em 1661 Luísa de Guzmão⁴⁵, regente de Portugal nesta época, concordou o matrimónio entre sua filha Catarina e Carlos II, rei de Inglaterra. Comprometendo-se a defender Portugal e os seus territórios, Portugal tinha de entregar a Inglaterra Bombaim e Tânger. No mesmo ano foi combinada paz com Holandeses que renunciaram o direito do Brasil, Angola e São Tomé em substituição de pagamento de grande quantia do dinheiro dentro de dezasseis anos. Em 1659 França e Espanha assinaram tratado de paz, Tratado de Pirinéus onde foi acrescentado que Portugal teria estar ligada ao Espanha mesmo assim como antes de revolução.⁴⁶ Devido a este tratado Espanha foi obrigada a entregar a França Roussillon, Artois, baluartes em Flandres e uma parte de Luxemburgo o que degradou o seu prestígio. Porém, a guerra com França terminou e Espanha poderia concentrar-se em dominar Portugal outra vez. Contudo, no ano seguinte em 1667 foi combinado o tratado de aliança entre Portugal e França com propósito de afectar Espanha.

Salvo guerra com Portugal, Espanha tinha de resolver as acções separatísticas em Catalunha, Aragonia, Andalusia, Nápoles e em Sicília. Portanto já foi esgotada e não tinha mais esforço para reconquistar Portugal outra vez. Por conseguinte o Tratado de paz

⁴⁵ Esposa de João IV.

⁴⁶ KLÍMA, Jan. *Dějiny Portugalska* (Praha: Lidové Noviny, 2007), p. 198.

ratificado em 13 de Janeiro de 1668 levou à independência portuguesa e os seus territórios e paz entre ambos países. Apenas Ceuta permanecia espanhola.

4 Vantagens e desvantagens da União Ibérica

4.1 Vantagens da União Ibérica

A união com Espanha era recebida como a época do domínio dos usurpadores espanhóis que apreciaram pouco das necessidades da nação portuguesa. Não respeitavam a autonomia portuguesa como prometeu Filipe I nas Cortes em Tomar. Porém, podemos encontrar alguns aspectos positivos. É verdade que são poucos porque o domínio filipino é visto como a união na qual Portugal é atenuado como a parte mais fraca.⁴⁷ Contudo, ser influenciado pelo país dominante pode ter carácter positivo, sobretudo em cultura.

4.1.1 Castelhanização na cultura

Como sabemos os dois países vizinhos Espanha e Portugal tinham laços fortes desde sempre o que acelerou o processo da castelhanização que já havia começado há muitos anos. Sempre a cultura portuguesa foi influenciada pela cultura castelhana. Porém, sempre as duas culturas influenciavam-se e misturavam-se mutuamente. Não obstante, o prestígio da cultura espanhola era influente de tal modo que influenciou também a cultura em França, e assim nem Portugal podia resistir.⁴⁸

Muitos autores ou homens educados portugueses e espanhóis falavam duas línguas, escreviam os seus textos tanto em castelhano como em português. Este bilinguismo começou já antes da união mas durante esta junção estatal passou a ser normal e mostrava-se mais frequentemente. Do certo ponto da vista o traço positivo da União Ibérica podemos ver no facto que os espanhóis famosos influenciaram a situação cultural em Portugal e vice-e-versa. Como exemplo podemos mencionar o pintor Alonso Sánchez Coelho, que era muito popular na corte madrilena, e alguns poetas também.⁴⁹ Porém, hoje alguns autores são conhecidos como grandes autores da literatura espanhola, não portuguesa. Mereceu registo o dramaturgo português Gil Vicente que escreveu em castelhano quase um quarto das suas obras literárias. E podemos mencionar também Francisco Manuel de Melo que escreveu em castelhano a maioria das suas peças que foram impressas. Outro autor foi Jerónimo Corte Real cujas obras foram escritas tanto em

⁴⁷ KLÍMA, Jan. *DĚJINY PORTUGALSKA v datech* (Praha: Libri, 2007), p. 208.

⁴⁸ MARQUES, A.H. de Oliveira. *História de Portugal: Do renascimento às revoluções liberais* (Lisboa: Palas Editores, 1974), p. 148.

⁴⁹ KLÍMA, Jan. *DĚJINY PORTUGALSKA v datech* (Praha: Libri, 2007), p. 209.

português como em castelhano também. Este processo da castelhanização ou de bilinguismo dos autores portugueses que preferiram língua espanhola à portuguesa parecia como o aspecto normal neste época.

Nos últimos vinte anos do século XVI só cinquenta e quatro por cento das obras literárias foram publicadas em português, vinte e nove por cento em latim e dezasseis por cento em castelhano. Porém, este número não é muito preciso porque grande quantia de obras editadas em língua portuguesa eram editais, livrinhos com temática religiosa e folhetos.⁵⁰ Porém, algumas das melhores obras artísticas eram consideradas como a parte da arte espanhola, do teatro espanhol ou da música espanhola. Grande número das peças literárias impressas em Portugal foi escrito em língua castelhana, não em língua nacional.

A influência da cultura espanhola reflectia-se também no sistema educacional. Crescia o número dos portugueses que estudam em universidade em Espanha ou de professores espanhóis em universidades portuguesas.⁵¹

Porém depois das contradições políticas que aconteceram durante o reinado dos Filipes, sobretudo durante o reinado do Filipe II e Filipe III de Portugal poderia ser entendido que a castelhanização tinha carácter só negativo. Pode ser recebida como o processo como da língua portuguesa fazer a língua marginalizada, rural.⁵² Apesar de que fosse interrompida tradição do romance e do drama português,⁵³ Portugal depois da restauração podia apresentar a sua própria cultura a qual não foi atenuada de forma grave pela espanhola. Podemos concluir que durante o domínio dos Habsburgos a cultura portuguesa não era suprimida com esforço ou de propósito senão foi influída pela cultura castelhana naturalmente. Devido à cultura portuguesa os portugueses conseguiram manter o prestígio da sua pátria ao contrário com a situação nas colónias portuguesas.

4.1.2 Outras vantagens

Como outra de poucas vantagens podemos considerar o facto que o Filipe I de Portugal deu dinheiro para alforriar os nobres portugueses que caíram prisioneiros depois

⁵⁰ MARQUES, A.H. de Oliveira. *História de Portugal: Do renascimento às revoluções liberais* (Lisboa: Palas Editores, 1974), p. 169.

⁵¹ Idem, p. 148.

⁵² SARAIVA, António a Óscar LOPES. *Dějiny portugalské literatury* (Praha, 1972), p. 100.

⁵³ KLÍMA, Jan. *DĚJINY PORTUGALSKA v datech* (Praha: Libri, 2007), p. 209.

da derrota em Alcácer-Quibir. Quase oitocentos nobres foram capturados como prisioneiros.⁵⁴

Outra vantagem é que devido à junção dos Estados, as barreiras alfandegárias na fronteiras de país foram canceladas. Os portugueses também tinham direito a viajar para Império Espanhol e também deste Império livremente.⁵⁵

Outro aspecto positivo podemos ver no facto que depois de afirmação da União Ibérica os órgãos legislativos foram melhorados de tal modo que foi anotada a construção das vilas por primeira vez. Durante o reinado do Filipe I reconstruíram-se muitas igrejas, por exemplo a igreja de São Bento, São Francisco em Coimbra e a igreja de São Vicente em Lisboa, além disso foram construídos dois teatros lá.⁵⁶

Apesar do facto que Filipe I durante o seu reinado foi respeitado e esforçava-se por prosperidade de Portugal, as épocas que seguiam, o reinado do seu filho Filipe II e do seu neto Filipe III atenuaram por completo a era bastante próspera do Filipe I. Pois surgiu a opinião que “a história comum com Espanha tinha carácter decadente, indesejável e antinacional.”⁵⁷

4.2 Desvantagens da União Ibérica

E para complementar, como dizem Polišenský e Barteček, os portugueses não encontraram nenhuma vantagem que trouxesse a aliança dinástica com Espanha.⁵⁸ Sobre o facto que a União Ibérica tinha mais pontos negativos do que positivos podemos convencer-se neste capítulo.

Apesar do facto que a política portuguesa devia ser não afectada por união dinástica como Filipe I comprometeu-se nas Cortes em Tomar, no século XVI no contexto internacional surge problema bastante grave para Portugal. Primeiro, os portugueses tinham de interromper os laços diplomáticos com Inglaterra porque Espanha e Inglaterra estavam em guerra.

⁵⁴ PARKER, Geoffrey. *Filip II.: španělský král z rodu Habsburků: nejmocnější křesťanský vládce* (Praha: Brána, 1998), p. 136.

⁵⁵ MARQUES, A.H. de Oliveira. *História de Portugal: Do renascimento às revoluções liberais* (Lisboa: Palas Editores, 1974), p. 158.

⁵⁶ KLÍMA, Jan. *Dějiny Portugalska. 2* (Nakladatelství Lidové noviny, 2007), p. 175 e 187.

⁵⁷ Idem, 178. Traduzido pela autora da tese.

⁵⁸ POLIŠENSKÝ, Josef a Ivo BARTEČEK. *Dějiny Iberského poloostrova: (do přelomu 19. a 20. století)* (Olomouc: Univerzita Palackého v Olomouci, 2002), p. 88.

Segundo, os laços diplomáticos quebrantados com Inglaterra ameaçaram o comércio com eles e com Holanda também.

Terceiro, depois da proclamação do Felipe I rei de Portugal, Portugal já não podia decidir sobre a sua política externa porque o seu controlo já foi em competia do rei espanhol. Os portugueses foram obrigados a aceitar as decisões da política externa espanhola e sobretudo as consequências. Tornaram-se aliados de Espanha que estavam em guerra com Inglaterra e Holanda o que influenciou de modo enorme a situação nas colónias portuguesas.

Quarto, a inaptidão dos reis espanhóis resultou no aumento dos impostos que foram implantados devido às guerras ininterruptas que deveriam rebater os inimigos em Ultramar.

E por fim, depois da proclamação da União Ibérica estava a aumentar o poder da inquisição.

4.2.1 Relações quebrantadas com Inglaterra

Como já foi dito a união dinástica perturbou a colaboração entre Inglaterra e Portugal porque Portugal foi obrigado a participar na luta contra a Inglaterra. Portugal mantinha as relações diplomáticas com Inglaterra desde 1572 quando se declarou a paz e a amizade entre ambos os países. A ordem de entrar em guerra contra Inglaterra foi a primeira contrariedade do lado da Espanha. Esta luta teve consequências desastrosas as quais reflectiam-se em Portugal de maneira enorme.

Apesar de Filipe I de Portugal ter casado com a rainha inglesa Maria I por uns anos existiam muitos conflitos entre estes dois países. Com o matrimónio com a rainha de Inglaterra supunha-se trégua entre Espanha e Inglaterra. Infelizmente este matrimónio não teve descendentes.

Como tratado de paz entre os dois países não foi declarado, tornaram-se rivais. A rivalidade entre os dois países era visível sobretudo no mar. A potência marítima da Inglaterra crescia e assim os galeões espanhóis foram atacados pelos ingleses no oceano Atlântico e no Pacífico. Eles agrediam navios espanhóis e complicaram o comércio entre Espanha e as colónias americanas. Francisco Drake ficou muito famoso por este saqueamento dos navios espanhóis, que levaram a prata que era uma grande atracção para ele e os outros corsários. No ano de 1580 depois de dar volta ao mundo regressou à

Inglaterra com os navios cheios dos productos de luxo. A rainha da Inglaterra, Isabela não recusou o saque de Francis Drake e naturalmente os espanhóis protestaram.

Como Filipe I de Portugal era um católico ortodoxo, a rivalidade com Inglaterra se tornava pior também devido à questão religiosa. Filipe I e Isabela representavam dois elementos grandes em questão da religião, Felipe I identifica-se com o catolicismo ortodoxo e Isabela representa o mundo protestante.⁵⁹ Ele apoiava os católicos que estavam contra a Isabela de Inglaterra. Os rebeldes e o próprio Filipe I tentavam destronizá-la e repor no trono a rainha de Escócia, Maria Estuardo.⁶⁰ E para variar Isabela prestava finanças aos rebeldes flamencos que conspiravam contra Filipe I. Para acabar com as conspirações de maneira mais rápida Filipe I procurava invadir a Inglaterra.

Podemos dizer que existiam vários motivos para declarar guerra aberta à Inglaterra. Pode ser que a razão principal era saqueamento dos navios espanhóis e o poder crescente dos ingleses no mar. Segundo o autor de *Historia de España* o motivo chave foi o apoio financeiro dos rebeldes da parte da coroa inglesa.⁶¹ Como Filipe I, representante ortodoxo de catolicismo, apoiava à Maria Estuardo, José Hermano Saraiva supõe que o motivo imediato à guerra entre ambos países foi o facto que Isabela mandou executar esta rainha.⁶²

Filipe I inspirou-se no seu antecedente do trono português, em D. António cujos partidários reconquistaram ilha Terceira, no ano 1583. D. António conseguiu transportar tropas a uma distância significativa e mostrou que era possível triunfar.⁶³ Assim, Filipe I de Portugal concluiu que seria possível interromper contato entre Países Baixos e a Inglaterra e impedir os saqueamentos da costa hispânica. Depois de juntar-se com exército em Flandres, pensou em atacar Londres e esperou que os adversários do regime de Isabela rebelassem-se e assim enfraqueceriam o poder de Isabela. Porém, se o ataque não tivesse sucesso pensou em obrigar a Isabela aceitar a religião católica em Inglaterra, entregar as cidades holandesas de volta a Espanha e acabar com apoio dos holandeses.⁶⁴

A esquadra formou-se em Espanha em Julho de 1588 e passou a Flandres para juntar-se com o exército de Flandres que se preparou em segredo. Filipe I ordenou ao

⁵⁹ ANTONIO UBIETO, Arteta. *Dějiny Španělska* (Barcelona: Edito, 1995), p. 276.

⁶⁰ SARAIVA, José Hermano. *História concisa de Portugal* (Portugal: Publicações Europa-América, Lda., 1993), p. 202.

⁶¹ FREIJEIRO, Antonio Blanco. *Historia de España* (Madrid: Historia 16, 1990), p. 509.

⁶² SARAIVA, José Hermano. *História concisa de Portugal* (Portugal: Publicações Europa-América, Lda., 1993), p. 202.

⁶³ D. António depois da derrota de Alcântara fugiu aos Açores.

⁶⁴ PARKER, Geoffrey. *Filip II.: španělský král z rodu Habsburků: nejmocnější křesťanský vládce* (Praha: Brána, 1998), p. 144.

marquês de Santa Cruz que organizasse uma incursão do território inglês mas ele faleceu e foi substituído pelo duque de Medina Sidónia. Depois do primeiro encontro com inimigo, a frota espanhola não conseguiu enxotar a frota inglesa e foi esconder-se em Calais. O Mar de Norte passou a ser o lugar das outras batalhas. A frota inglesa todo tempo estava em vantagem porque a sua artilharia era melhor e os espanhóis estavam preparados só para batalha por abordagem ao contrário com os ingleses que faziam o contrário, eles prepararam-se para a batalha naval. Cento e trinta navios formados por frota espanhola levam quase 19 000 soldados e somente mais ou menos 8 000 marinheiros e 2000.⁶⁵ Aproximadamente um quinto desta frota era portuguesa,⁶⁶ a frota portuguesa foi composta dos melhores galeões de guerra no mundo.

Para não sofrer um desastre total, era melhor para a armada espanhola regressar pelo norte da Grã-Bretanha mas esta tática não os ajudou. Quando regressavam, muitos navios naufragaram no canal da Mancha por causa das tempestades. Esta enorme expedição de navios ficou chamada invencível como derrição do devasto da frota quase total entre Gravelines e Ostende em Agosto de 1588.

Nesta tentativa de invadir a Inglaterra mostrou-se a fragilidade deste império gigantesco, a qual era aproveitada mais tarde como possibilidade de conquistar as possessões de Portugal. Este acontecimento não favorável podemos perceber como um dos actos importantes de Filipe I em Portugal. Desde então o poder marítimo dos ingleses subiu e o poder dos espanhóis desceu. Demonstrou-se a inaptidão para o controle das possessões sob domínio hispânico e português e mostrou-se a possibilidade de serem assaltadas.⁶⁷

4.2.2 Comércio com Inglaterra e Holanda

Com a derrota da Grande Armada⁶⁸ o comércio com Ultramar e as colónias tornaram-se acessíveis a Inglaterra e a Holanda.

⁶⁵ MATTOSO, José. *História de Portugal: No alvorecer da modernidade (1480-1620)* (Lisboa: Editorial Estampa, 1993), p. 569.

O número dos soldados ou dos navios diferencia-se nos livros. Exemplificando A. H. de Oliveira Marquês em *História de Portugal* indica 146 navios em total (como Klíma) e 31 navios portugueses (p. 159), J. H. Saraiva diz em *História concisa de Portugal* que foram 200 navios e 31 portugueses (p. 202) e A. B. Freireiro em *Historia de España* indica quase 2000 soldados acrescentando também 2000 remeros (p. 509)

⁶⁶ Se respeitam o que indica A. H. de Oliveira Marquês em *História de Portugal*, p. 159.

⁶⁷ MATTOSO, José. *História de Portugal: No alvorecer da modernidade (1480-1620)* (Lisboa: Editorial Estampa, 1993), p. 568 e 570.

⁶⁸ A Grande Armada é outra designação para Armada Invencível, a expedição naval de Filipe I

Nem se mostrou a possibilidade de atacar as colónias em Ultramar mas também a potencialidade de entrar na posição de Portugal em comércio. Como diz Bethencourt e Chaudhuri: “A união política com a Espanha não era uma boa notícia para o comércio português ou para o seu império no Novo Mundo e no oceano Índico.”⁶⁹ A interrupção das relações com Holanda e Inglaterra não só prejudicou as relações diplomáticas entre Estados mas também os contactos comerciais.

No ano de 1585 Filipe I proibiu comerciar com holandeses que se rebelavam. Ele foi destronado do trono de Países Baixos uns meses depois de ter sido aclamado rei de Portugal. Portugal perdeu o seu aliado de muitos anos devido às relações hostis inglesas-castelhanas. Em 1586 os laços diplomáticos entre ambos países foram interrompidos e foi proibido comércio entre Inglaterra e Portugal. O rei mandou que os navios ingleses e holandeses não pudessem entrar nos portos lisboetas. Em Espanha os portos foram fechados já no ano de 1585. Nos portos portugueses quase vazios não havia ninguém que comprasse os espécies. Em pouco tempo os portugueses foram afastados da área da qual se exportava espécies.

Esta ordenança de não comerciar com ingleses e holandeses prejudicou muito a economia portuguesa porque os holandeses em Amsterdão estabeleceram o comércio direto entre Holanda e Inglaterra e o Oriente. Em 1602 fundou-se Companhia Holandesa das Índias Orientais que permaneceu com o monopólio do comércio com o Oriente durante vinte e um anos. No início do século XVII a guerra entre a Companhia e as terras portuguesas foi a guerra principalmente contra Espanha.⁷⁰ O fim da carreira comercial da Companhia eram as ilhas de espécies mas os navios holandeses navegaram também até Luanda e Salvador.

No ano 1621 formou-se a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais depois do fim da Trégua dos Doze Anos⁷¹, depois de reimplantação da guerra entre Holanda e Espanha. O propósito da Companhia foi substituir Portugal em comércio entre Angola e o Brasil para receber comércio com escravos africanos e açúcar brasileiro. No século XVII a Companhia tornou-se responsável por agressões do nordeste do Brasil.

⁶⁹ BETHENCOURT, Francisco a Kirti CHAUDHURI. *História da Expansão Portuguesa: Do Índico ao Atlântico (1570-1697)* (Navarra, Espanha: Temas e Debates e Autores, 1998), p. 82.

⁷⁰ Idem, p. 84.

⁷¹ No ano de 1609 os portugueses e holandeses instalaram Paz por Doze Anos. Esta trégua foi o sinal imaginário da derrota de Espanha. Tinham de defender os seus territórios no sul do Brasil contra franceses, contra ingleses nas costas da Índia e nos outros lugares contra forças de holandeses. A condição de Trégua dos Doze Anos não era aceitável para Portugal porque perdeu o monopólio do comércio com Índia e Indonésia. Foi declarado o direito dos holandeses comerciar com Índia e Indonésia.

As duas companhias mercantis holandesas devastaram o comércio e as colónias no ultramar. As lutas entre os holandeses e os portugueses tiveram lugar em todo o mundo, os ataques de piratas ameaçaram a Europa também. Os holandeses repeliram os portugueses de grande parte dos territórios orientais.

4.2.3 As terras perdidas sob a união dinástica

Além das tentativas dos holandeses e ingleses de dominar o comércio em além-mar, esforçavam-se de sufocar a influência dos portugueses nas colónias e tentavam de conquistá-las.

O Ultramar português sofria muitas perdas de território durante a época entre os anos 1580-1640. Depois da junção das duas coroas as terras que Portugal dominava, atraíam muita atenção dos inimigos da Espanha. A defesa destas terras era mais difícil dessa maneira que era evidente a política fraca do domínio hispânico, sobretudo inaptidão para o controle do território hispânico tão extenso.⁷²

Uns meses depois da aclamação de Filipe I como rei de Portugal *A república das Sete Províncias Unidas dos Países Baixos*⁷³ declarou independência sobre a coroa espanhola. Assim surgiu o pacto entre esta república, França e Inglaterra.

Depois da declaração do Tratado de Greenwich no ano de 1596 – a aliança de França, Holanda e Inglaterra contra Espanha e evidentemente contra Portugal também – iniciou-se a liquidação sistemática das colónias portuguesas. As invasões destes três países assinados sob o Tratado foram as mais destrutivos.

Os holandeses e os ingleses tentaram entrar no oceano Índico via Cabo da Boa Esperança. Manutenção do monopólio do tráfico marítimo era indispensável. Os primeiros navios que chegaram ao Oriente foram os holandeses em 1597. Desejavam chegar às Ilhas Molucas e à actual Indonésia. Os holandeses atacaram o território português da Indonésia ao Brasil. As terras portuguesas em ambas costas do Atlântico foram mais acessíveis de todos os bens da união espanhol-portuguesa. Porém, os holandeses atacaram as terras no Índico. Incessantemente melhoraram os navios que saíram dos portos holandeses e também aperfeiçoavam as suas estratégias de conquista. Os ingleses assaltaram os depósitos e navios em caminho para o Brasil, a Índia, na África

⁷² MATTOSO, José. *História de Portugal: No alvorecer da modernidade (1480-1620)* (Lisboa: Editorial Estampa, 1993), p. 568.

⁷³ Nos anos 1579-1795 conhecido como Holanda ou Províncias Unidas.

Oriental e no golfo Pérsico. As vias marítimas foram ameaçadas também por franceses no Maranhão.

Depois de tantos ataques as pretensões portuguesas de dominar e posar os mares baseadas em *mare clausum*⁷⁴ foram substituídas por uma nova declaração *mare liberum*.⁷⁵ Fazia mais do que cem anos quando o Papa deu aos portugueses o direito de conquistar Ultramar e a licença do monopólio comercial. Tinham permissão de difundir a fé cristã entre o povo indígena que não a conheceu. Eles foram primeiros que tinham entrado lá, repeliram o domínio muçulmano, foram estabelecidas regras para comércio e para a manutenção dele foram construídas muitas fortalezas. Os holandeses trouxeram também o perigo de desvio religioso.⁷⁶ Como os portugueses começavam com a cristianização do povo indígena temiam também a influência religiosa dos holandeses. Eles preferiam o calvinismo ao cristianismo cuja difusão poderia ameaçar a aceitação do cristianismo.

Todos os grandes descobrimentos coloniais no oceano Índico e no Atlântico pertenciam às duas nações ibéricas. Os dois oceanos eram sob a liderança da Espanha e de Portugal. Espanha dominou parte considerável da América, a costa oriental da América do Sul pertence a Portugal. Porém, os portugueses expandiram-se por todo o mundo, na Europa, na África, na Ásia e na Oceânia. Era um pouco imprescindível que a união que dominava tantos territórios fosse algumas vez triunfada mas os ataques quase sem cessar enfraqueceram o império sobre o qual "o sol não se punha."⁷⁷

Portugal tinha de defender-se contra franceses no norte do Brasil, contra ingleses no oceano Índico e contra holandeses por todas partes. Não havia nenhuma parte da união que pudesse estar segura.

Os franceses em 1597 atacaram o Rio Grande do Norte no nordeste de Brasil mas este ataque foi repellido. Dentro de quinze anos França começou a sua primeira expansão colonial em América. No ano de 1612 os navios franceses saíram de Bretanha, com único fim, colonizar as terras por ambos lados da desembocadura do Rio Amazonas. *França Equinocial* foi criada em Maranhão com acordo da regenta Maria Medicis. Dentro de dois

⁷⁴ = "mar fechado". Respeita o direito de possuir qualquer terra ou via marítima a quem a descobre. in Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2015. Disponível na Internet: [http://www.infopedia.pt/\\$mare-clausum](http://www.infopedia.pt/$mare-clausum) (acessado em 24/2/2015)

⁷⁵ = o direito marítimo. Qualquer nação não pode possuir nenhum mar, não tem direito do dominá-lo. OTTO. Ottův slovník naučný: Illustrovaná encyklopædie obecných vědomostí [online]. Praha: J.Otto, 1900. 16.

<http://archive.org/stream/ottvslovnknauni32ottogoog#page/n880/mode/2up>.(acessado em 24/2/2015)

⁷⁶ MARQUES, A.H. de Oliveira. *História de Portugal: Do renascimento às revoluções liberais* (Lisboa: Palas Editores, 1974), p. 195.

⁷⁷ BETHENCOURT, Francisco a Kirti CHAUDHURI. *História da Expansão Portuguesa: Do Índico ao Atlântico (1570-1697)* (Navarra, Espanha: Temas e Debates e Autores, 1998), p. 79.

anos os franceses foram vencidos. Para acabar com este conflito, em Lisboa e em Paris iniciaram-se reuniões diplomáticas.

Os ingleses realizaram-se no Índico. Em 1616 tentaram conquistar Cochim na Índia. Em 1622 ajudaram os persas dominar Hormuz. Em 1630 atacaram Ceilão, os portugueses já controlavam só uma parte da ilha. No ano seguinte os portugueses foram obrigados a sair do Golfo Pérsico e abandonar a costa da península Arábica.

Porém, tentavam também dominar as colônias no Brasil. Em 1588 os piratas ingleses atacaram a costa da capitania São Paulo. No ano de 1594 invadiram o porto Recife e no ano seguinte o saquearam.

Os holandeses estavam a ameaçar todas as possessões portuguesas. No ano de 1587 foram atacadas factorias em Gabon e em Calabar no Golfo de Guiné. Em 1596 intentaram conquistar o baluarte mais velho São Jorge da Mina em Golfo da Guiné o que caiu nos seus mãos em 1637. A perda de São Jorge da Mina significa também a perda de poder, prosperidade e renome. Aproximou-se a decadência de Portugal, o fim da sua potência marítima e o fim da era quando os reis católicos dominaram parte tão grande do mundo.⁷⁸

A primeira intenção dos holandeses de dominar Brasil fracassou. Em 1604⁷⁹ navegaram até a Bahia de Todos os Santos onde saquearam vários engenhos de açúcar e depois os outros ataques realizaram em oceano Índico. Em 1604 atacaram uma fortaleza em Moçambique e em 1605 ganharam Ambon, a base última em Molucas. No ano de 1609 atacaram Ceilão. A invasão ao oceano Índico culminou com a fundação da Batavia em Java em 1619. Depois do ano 1620, depois da declaração anglo-holandesa – os portugueses perderam Java em total e alguns bases em costa de Malabar e em costa de Coromandel. Em 1621 dominaram as ilhas Banda em Indonésia. No ano de 1638 os holandeses atacaram Arguim, a primeira feitoria em África Oriental. A conquista de Ceilão em 1630 significa o fim total da influência portuguesa nesta ilha.

Porém, o seu interesse do Brasil não desapareceu. Em 1624 a frota holandesa conquistou a metrópole do Brasil, Salvador de Baía. A conquista poderia ser uma catástrofe para portugueses porque devido aos proveitos do comércio entre Salvador e Lisboa salva-se o comércio que estava a cair no Ultramar. Portugal estava em crise por escassez do prata e cobre. Como os portugueses sofriam da misérias comerciava-se com

⁷⁸ KLÍMA, Jan. *Dějiny Portugalska* (Praha: Nakladatelství Lidové Noviny, 2007), p. 185.

⁷⁹ No mesmo ano atacaram também Macao em China.

holandeses apesar de ser inimigos até nos portos portugueses.⁸⁰ Porém, em 1625 a frota português-espanhola expulsou os holandeses do Salvador. Em 1630 conquistaram Recife da qual fizeram a capital do seu Brasil. No mesmo ano caiu Olinda e no ano seguinte a queimaram. Em 1632 invadiram a Alagoa e continuaram até Paraíba. Os holandeses começaram a edificar nova Holanda que poderia significar o fim do controlo da indústria açucarreira na América. Os holandeses conseguiram estender o seu Brasil holandês até o Ceará.

Eles passaram também até Ásia onde em 1622 atacaram Macao em China mas os portugueses conseguiram defendê-lo com ajuda da frota espanhola. Dentro duma década devido à perseguição dos missionários Japão fechou-se ante portugueses e foi interrompido o comércio com o Japão e Macao.

Excepto os adversários ingleses, franceses e holandeses, os portugueses tinham de enfrentar a outros inimigos também. Em 1589 os portugueses não eram capazes de sustentar a fortaleza Arzila e eles mesmos entregaram-na ao sultão marroquino Al-Mansur. No ano de 1617 os muçulmanos ocuparam a ilha madeirense Porto Santo e da população fizeram escravos. Também em África oriental os portugueses não estavam seguros, os portugueses foram repelidos pelo povo em Etiópia e os negociantes portugueses foram massacrados pelos árabes em Mombaça em 1630.

Como podemos ver Portugal sofreu grandes perdas de colónias nas duas últimas décadas da União Ibérica. A Espanha precisou de grande quantidade do dinheiro português porque não havia bastante recursos para comprar munições ou construir os navios para proteger as colónias atacadas, no Brasil, na África, na Ásia.

Quando Portugal se separou da Espanha no ano 1640 e começou a ser independente outra vez, os sessenta anos em união com Espanha pareceram-se como um preço enorme que os portugueses pagaram por esta união, pelo sofrimento das batalhas não vencidas, colónias perdidas. Para comparar com as perdas na América Central e do Sul, as possessões espanholas não foram tão devastadas.⁸¹

Porém, a perda das colónias continuava também depois da União Ibérica. No entanto o país estava a concentrar-se em defesa da sua metrópole. Portugal não era capaz de defender as suas possessões em todo o mundo. Por tudo isso escolheu abandonar Ásia

⁸⁰ KLÍMA, Jan. *Dějiny Portugalska* (Praha: Nakladatelství Lidové Noviny, 2007), p. 181.

⁸¹ BETHENCOURT, Francisco a Kirti CHAUDHURI. *História da Expansão Portuguesa: Do Índico ao Atlântico (1570-1697)* (Navarra, Espanha: Temas e Debates e Autores, 1998), p. 82.

e concentrar-se em defesa do Brasil cujas colónias começavam a prosperar outra vez. Em 1654 Portugal apoderou-se de novo de Recife e repeliu os holandeses de lá.

Em 1641 os holandeses conquistaram Luanda, ilha de São Tomé. Porém, de Luanda foram repelidos dentro de sete anos. No mesmo ano, em 1641 ante os holandeses capitulou Malaca em Indonésia. No entanto a partir de 1641 parou o processo dos ataques holandeses porque Holanda e Portugal assinalaram o tratado de armistício para dez anos e aos holandeses tinham-lhes atribuído o permissão do comércio livre com Índico. Os árabes com os ingleses expulsaram portugueses do Golfo Pérsico e da Arábia. Em 1654 os ataques holandeses continuaram como se pode ver na Índia onde a maioria das feitorias portuguesas foram conquistadas. Colombo foi dominado em 1656, em 1662 Cochim e Crangamor. Depois do matrimónio da filha da Luísa de Guzmão⁸², Catarina com o rei inglês em 1661 anexou-se à Inglaterra Bombai e Tânger. Em 1658 os holandeses apoderam-se das últimas colónias em Ceilão. Contudo, as colónias de Angola e São Tomé foram voltadas a Portugal com o tratado de paz com holandeses do ano 1661.

Das possessões portuguesas em Indonésia resistiu só uma parte de Timor, na Ásia reduziram-se a Goa, Damão, Diu, Baçaim e a Macau na China. Das colónias africanas restou Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, Angola e Moçambique e também o Brasil continuou ser português. Portugal perde Golfo de Guiné, Ceilão, Hormuz, Malaca, Java, Molucas.

Antes da União Ibérica a nação portuguesa estava presente por todo o mundo, na Europa, na América, na África, na Oceânia e na Ásia. Portugal não só perdeu tantas colónias, as terras em Ásia, África e Indonésia mas também o que foi o pior, perdeu o seu prestígio, o cartaz de domínio em mares e oceanos e a designação da maior potência em mares e oceanos. Também devido às perdas dos monopólios perdeu a sua posição elevada em comércio e sobretudo regulamento do maior império de colónias.

4.2.4 Inquisição

Não somente que Portugal tinha de encarar os ataques das suas colónias, mas foi também afligido pelo poder da inquisição que durante a união ibérica estava a aumentar. Todos os Filipes que reinavam em Portugal desde 1580 até 1640 eram católicos ortodoxos por isso os devotos de outras religiões foram perseguidos. Portugal sofria a influência de

⁸² Nesta época Luísa de Guzmão foi regente porque o rei de Portugal João IV faleceu em 1656.

Espanha católica ortodoxa porque durante o domínio filipino a perseguição religiosa agravou-se. Nos fins do século XVI foram queimadas mais de cento e cinquenta pessoas, realizou-se quarenta e cinco autos da fé e outras quase três mil pessoas foram castigadas.⁸³

No ano de 1584 foi conhecida a nova lista dos livros proibidos, entre eles encontravam-se autores como Luís de Camões, Jorge Ferreira de Vasconcelos, João de Barros, Gil Vicente, Garcia de Resende ou Bernardim Ribeiro.⁸⁴ Em 1624 passou a ser conhecida nova lista dos livros proibidos e a censura aumentou a 251 por cento apesar de número do livros cresceu.⁸⁵

No ano de 1626 a inquisição ampliou o seu poder às colónias portuguesas em África - atuais países de Angola, Moçambique, Guiné, e pelos arquipélagos de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.⁸⁶

Naturalmente antes da União Ibérica em Portugal existia inquisição, porém, depois de ter sido aclamado Filipe I rei de Portugal o seu poder aumentou. Os processos da inquisição e censura tornaram-se mais severos e sólidos.

4.2.5 Implantação dos impostos novos

O período da União Ibérica começou com acalmia de estado. O rei foi aceite pelo povo o qual estava satisfeito com privilégios dados a Portugal a qual se comprometeu Filipe I. Ainda que indicássemos que a época do seu reinado era o período do auge cultural e o período de bem estar proporcional, já durante o seu reinado foi implantado o novo imposto, *o consulado*. Quando sobe ao trono o seu filho, Filipe II a situação económica estava a profundar-se porque os impostos aumentavam-se. Porém quando Filipe III assumiu o governo no qual o poder real respresentava o primeiro ministro de Olivares a economia começou a cair.

As reivindicações de Olivares esgotavam a economia e o mesmo povo português, preços estavam a aumentar, foram implantados novos impostos. O pensamento de que é imprescindível estar mais sob domínio espanhol trouxe o período mais inquieto de sessenta anos em união. O maior declínio retratou-se na situação em colónias marítimas. Para salvar o Brasil recrutaram-se mais soldados, ou melhor dito campesinos, o que significou abandono dos campos cujas colheitas salvavam os portugueses da miséria total.

⁸³ KLÍMA, Jan. *Dějiny Portugalska* (Praha: Nakladatelství Lidové Noviny, 2007), p. 175.

⁸⁴ Idem, p. 175.

⁸⁵ KLÍMA, Jan. *DĚJINY PORTUGALSKA v datech* (Praha: Libri, 2007), p. 224.

⁸⁶ KLÍMA, Jan. *Dějiny Portugalska* (Praha: Nakladatelství Lidové Noviny, 2007), p. 181.

Desde 1631 foram implantados vários impostos que devastaram a economia em Portugal senão também a União Ibérica porque os portugueses já não podiam sustentar esta carga económica e organizavam-se os motins contraespanholes que levam até a ideia da restauração. Exemplificando cada funcionário público tinha de pagar o imposto novo, *meia-anata*, devia entregar ao governo a metade do salário anual. Implantou-se em Setúbal o novo imposto para venda da água, *real de água*. Os cidadãos já pagavam onze vários impostos que agravaram a situação social e financeira de todas as camadas. Implantado o real de água em todo o país e implantando o imposto do vinho e da carne vendida, a miséria expandia-se por todas as regiões. A soma dos impostos já era insuportável. Também eram obrigados a pagar *sisá*, um quarto do dinheiro ganhado. Cumulativamente pagava-se cinco por cento de cada propriedade ao Estado. Já não tinham recursos de que pagar e por isso o povo rebeliava-se contra os impostos e recusavam de pagá-las. Ao negar o pagamento dos impostos, a situação em Portugal tornava-se pior. Em 1637 os corregedores fizeram inventário de todos os bens e corria um boato que cada um seria obrigado a pagar *o quinto* ao Estado. Também tinham intenção de implantar o imposto do papel selado.⁸⁷

Como já mencionamos, o reinado do Filipe I de Portugal podemos caracterizar como o período sem grandes problemas políticos. Quando sentou ao trono Filipe II, a situação política agravou-se. Logo, durante o domínio de Filipe III passou até período do declínio. Filipe III organizou muitíssimas guerras, recrutava muitos soldados o que custava muito dinheiro, porém, devastava a agricultura também. Para lutar incessante eram necessários muitos recursos económicos o que significava aumentar os impostos. Devido às guerras ininterruptas o comércio estava em decadência também. Nem a natureza ajudava nesta época. As condições meteorológicas desagradáveis, má colheita, fome, peste, doenças conseguintes arruinavam o Estado já tão devastado.

Os portugueses já estavam esgotados, não tinham nenhuns recursos para pagar os impostos que estavam a elevar-se. Portanto pensavam mais e mais em independência. A série de rebeliões começou em Évora em 1637⁸⁸ donde se expandia por todo o país.

⁸⁷ KLÍMA, Jan. *Dějiny Portugalska* (Praha: Nakladatelství Lidové Noviny, 2007), p. 176 – 185.

⁸⁸ Veja o capítulo 2.10.

Conclusão

Sessenta anos da União Ibérica é o resultado bem sucedido das tentativas de muitos anos de unir Castela e Portugal portanto o período 1580-1640 é marcado como domínio dos espanhóis sob Portugal.

Porém, as tentativas de unir Portugal e Castela apareceram já antes do ano 1580 quando as dinastias ligaram-se por matrimónios com motivo de resultarem em união. Também depois de 1640 os reis tanto portugueses como espanhóis pensavam em juntar os países sob um rei. Para exemplificar o período na terceira década do século XIX quando Portugal oscila entre conservatismo e liberalismo. Como Carlota Joaquina, viúva de João VI quis implantar conservatismo em Portugal, surgiu Junta Apostólica Ibérica que pensou em juntar Portugal conservativo e Espanha absolutista. Ao contrário os liberais federais planearam que Pedro IV de Portugal reinasse às três Coroas, Portugal, Espanha e Brasil, porém, não o conseguiram. E também os matrimónios das famílias reais portuguesas e espanholas continuaram talvez com propósito de resultarem em união ibérica outra vez.

Porém o período de sessenta anos da União Ibérica já mencionado é a época mais significativa. O ano 1580 notou-se como o sucesso para o rei castelhano anexar o reino português ao reino castelhano. A ideia da união nasceu outra vez no ano de 1578 depois da batalha em Alcácer-Quibir em que morreu o único herdeiro do trono português. Como ele não estava casado e não tinha nenhuns filhos, Portugal estava em crise dinástica que teria de ser resolvida dentro de pouco tempo. Declarando direitos ao trono português, venceu o rei espanhol Filipe e assim nasceu a união dos países vizinhos, a União Ibérica. Filipe sobe ao trono depois de ter comprometido reivindicações dadas nas Cortes. Filipe I durante todo o seu reinado cumpria a exigência de manter a autonomia portuguesa e como já vimos durante o seu reinado a economia de Portugal prosperava relativamente. Contudo, a incorporação de Portugal à guerra com Inglaterra e a invasão conseguinte da Armada Invencível foram umas das contrariedades do lado de Filipe I.

Como analisámos, do nosso ponto de vista a União Ibérica trouxe mais desvantagens como vantagens porque com a subida ao trono do seu filho Filipe II a perspectiva do país estava a cair. A autonomia portuguesa não se mantinha e Portugal tinha de respeitar o governo de Madrid, o que se reflectia em comércio e nas colónias. O império das colónias portuguesas foi quase derrotado. Ainda que os portugueses conseguissem repelir os holandeses do Brasil, perderam o prestígio do maior império das

colónias. O descontentamento e o desgosto do povo, porém, da nobreza também culminou quando estava a reinar Filipe III. Por conseguinte a época do Filipe II e do Filipe III prevaleceu por completo a época do Filipe I porque eles levam Portugal a decadência. Ordenando Filipe III que se recrutassem os soldados portugueses à Guerra dos Trinta Anos e também para acalmar revoltas em Catalunha, o descontento aumentou-se e começou a preparar-se a restauração do estado. A guerra de restauração prolongou-se até 1668 quando Espanha definitivamente declarou independência de Portugal e assim depois de sessenta anos do domínio espanhol Portugal obteve independência outra vez.

Portanto, devido à política externa do Madrid que não foi vantajosa a Portugal e ao esgotamento económico chegámos à conclusão que a época dos Filipes foi um período de mal estar e miséria. Portanto sessenta anos sob domínio espanhol entrou na história sendo a época dos usurpadores espanhóis.

Summary

The Iberian Union presents the connection of two bordering states on The Iberian Peninsula, Portugal and Spain. This connection happened in 1580 when the Portuguese king Sebastian died because of the effort to subjugate Maroco. Portugal suffered from defeat and also the country had no successor because Sebastian was not married and he had not any descendants.

Many candidates calmored for the rights to the throne but in the end it was Spanish king Philip II who won and united Spanish and Portugal kingdom. He was appointed by a king of Portugal as Philip I at the Cortes of Tomar in 1580 and he promised to keep Portugal statehood. During his rule he kept his promises but his successors did not. His son Philip II Portugal and grandson Philip III did not keep principles of Philip I and because of their central policy and inability of protecting Portugal's colonies was The Iberian Union remembered as the rule of usurpers. After 70 years dissatisfaction with Spanish dominion and Portugal subordination caused revolution and renovation of the country. John IV from Braganza dynasty became the king in 1640 and Portugal got their independence again. But he had to uphold it in a war against Spain which ends in 1668 when Spain confirmed the independence of Portugal kingdom.

The aim of our work is to describe the dominion of Spanish hegemony and determine which advantages and disadvantages The Iberian Union brought to Portugal.

Shrnutí

Iberská Unie představuje spojení dvou sousedních států na Pyrenejském poloostrově, Portugalska a Španělska. Ke spojení těchto dvou království došlo v roce 1580, kdy ve snaze podmanit si Maroko zemřel portugalský král Šebastián. Nejen, že Portugalsko utrpělo velkou porážku, ale země byla bez následníka trůnu, protože Šebastián nebyl ženatý a neměl žádné potomky.

Práva na portugalský trůn předkládalo několik uchazečů, ale nakonec zvítězil španělský král Filip II., který tak spojil Španělské a Portugalské království. Na Kortesech svolaných v roce 1580 v Tomaru byl prohlášen králem Portugalska jako Filip I. a zavázal se, že zcela zachová portugalskou státnost. Po dobu svého působení na portugalském trůně svůj závazek dodržoval, což ale nemůžeme říct o jeho nástupcích. Jeho syn Filip II. portugalský a vnuk Filip III. nedodržovali zásady, ke kterým se Filip I. zavázal a svou centrální politikou a neschopností bránit portugalské kolonie se Iberská Unie zapsala do podvědomí Portugalců jako vláda uzurpátorů. Nespokojenost s nadvládou Španělska a podřízenost španělské vládě vedla po sedmdesáti letech k revoluci a restauraci země. V roce 1640 nastupuje na trůn Jan IV. z Braganské dynastie a Portugalsko opět získává nezávislost, kterou si ale musí obhájit ve válce se Španělskem, která se prodlouží až do roku 1668, kdy Španělsko uznává nezávislost Portugalského království.

Cílem naší práce je popsat nadvládu španělské hegemonie a určit jaké výhody a nebo naopak nevýhody Iberská Unie přinesla Portugalsku.

Anotace

Jméno a příjmení autora: Adéla Hasalová

Název fakulty: Filozofická fakulta, katedra romanistiky

Název bakalářské práce: As vantagens e as desvantagens do domínio espanhol sob Portugal

Vedoucí bakalářské práce: Mgr. Petra Svobodová, Ph.D.

Počet znaků: 90 587 (76 136 bez mezer)

Počet příloh: 0

Počet titulů použité literatury a internetových zdrojů: 17

Klíčová slova: král Šebastián, Filip I. portugalský, Filip II. portugalský, Filip III. portugalský, Iberská Unie, personální unie, restaurace Portugalska, Portugalsko, nadvláda Španělska nad Portugalskem

Abstrakt: Bakalářská práce se zabývá Iberskou Unií, která vznikla v roce 1580, kdy zemřel dědic portugalského trůnu. K moci se dostává španělský král Filip II., který tak spojil španělskou a portugalskou korunu. Práce nejprve popisuje vznik Iberské Unie a její vývoj na pozadí historického kontextu. Další historická část nastiňuje vývoj portugalského státu po opětovném získání nezávislosti v roce 1640. Poslední část bakalářské práce se snaží analyzovat výhody a nevýhody Iberské Unie a jejich dopad na Portugalsko.

Bibliografie

ANTONIO UBIETO, Arteta. *Dějiny Španělska*. Barcelona: Edito, 1995.

BETHENCOURT, Francisco a Kirti CHAUDHURI. *História da Expansão Portuguesa: Do Índico ao Atlântico (1570-1697)*. Navarra, Espanha: Temas e Debates e Autores, 1998.

BINKOVÁ, Simona. *Stručná historie států: Portugalsko*. Praha: Libri, 2004.

CHALUPA, Jiří. *Stručná historie států: Španělsko*. Praha: Libri, 2010.

KLÍMA, Jan. *Dějiny Brazílie*. Praha: Nakladatelství Lidové Noviny, 1998.

KLÍMA, Jan. *Dějiny Portugalska*. Praha: Nakladatelství Lidové Noviny, 2007.

KLÍMA, Jan. *DĚJINY PORTUGALSKA v datech*. Praha: Libri, 2007.

KLÍMA, Jan. *Studie z dějin Portugalska a portugalského zámoří*. Hradec Králové: Gaudeamus, 1999.

MARQUES, A. H. de Oliveira. *História de Portugal: Do renascimento às revoluções liberais*. Lisboa: Palas Editores, 1974.

MATTOSO, José. *História de Portugal: No alvorecer da modernidade (1480-1620)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

PARKER, Geoffrey. *Filip II.: španělský král z rodu Habsburků: nejmocnější křesťanský vládce*. Praha: Brána, 1998.

POLIŠENSKÝ, Josef a Ivo BARTEČEK. *Dějiny Iberského poloostrova: (do přelomu 19. a 20. století)*. Olomouc: Univerzita Palackého v Olomouci, 2002.

SARAIVA, António a Óscar LOPES. *Dějiny portugalské literatury*. Praha, 1972.

SARAIVA, José Hermano. *História concisa de Portugal*. Portugal: Publicações Europa-América, Lda., 1993.

Mare Clausum. Infopédia [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2015.

([http://www.infopedia.pt/\\$mare-clausum](http://www.infopedia.pt/$mare-clausum))

(acessado em 24/2/2015)

OTTO. Ottův slovník naučný: Illustrovaná encyklopædie obecných vědomostí [online]. Praha: J.Otto, 1900. 16.

<http://archive.org/stream/ottvslovnknauni32ottogoog#page/n880/mode/2up>.

(acessado em 24/2/2015)

RIBEIRO DA SILVA, Francisco. Filipe II e Portugal.

<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8271.pdf>.

(acessado em 9/4/2015)